

Rosag Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ 59.884.445/0001-24

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Permanecemos à disposição, para quaisquer esclarecimentos adicionais.

São Paulo, 24 de abril de 2023

Ativo	Nota	Balanços Patrimoniais		Passivo	Nota	2022		2021	
		2022	2021			2022	2021		
Circulante		51.528	45.557	Circulante		43.730	38.716	43.730	38.716
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.408	3.194	Obrigações a pagar		43.730	38.716	43.730	38.716
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	4	43.879	38.475	Contas a pagar		1	7	1	7
Impostos a compensar	5	229	3.847	Juros sobre capital próprio a pagar		43.723	38.705	43.723	38.705
Outros créditos a receber		12	41	Impostos e contribuições a recolher		6	4	6	4
Não circulante		1.138.677	1.100.979	Não circulante		24.701	28.911	24.701	28.911
Realizável a longo prazo		8.473	8.473	Adiantamento para futuro aumento de capital		—	5.121	—	5.121
Depósitos judiciais	6	8.473	8.473	Obrigações fiscais	9	24.701	23.790	24.701	23.790
Investimentos		1.120.567	1.082.505	Patrimônio líquido		1.121.774	1.078.909	1.121.774	1.078.909
Participações societárias	7	1.120.567	1.082.505	Capital social	10	616.612	606.256	616.612	606.256
Imobilizado		9.637	10.001	Ajuste de avaliação patrimonial		(91)	(79)	(91)	(79)
Custo de aquisição		13.891	13.540	Reservas de lucros		505.253	472.732	505.253	472.732
(-) Depreciação acumulada		(4.254)	(3.539)	Total do passivo		1.190.205	1.146.536	1.190.205	1.146.536
Total do ativo		1.190.205	1.146.536						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Ajuste de avaliação patrimonial		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Ajuste de variação cambial controladas	Ajuste de TVM controladas	Reserva legal		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	603.756	5	29	69.029	374.150	1.046.969
Distribuição de dividendos	—	—	—	—	(59.435)	(59.435)
Aumento de capital	2.500	—	—	—	—	2.500
Ajuste de títulos e valores mobiliários - controladas	—	—	(117)	—	—	(117)
Ajuste de avaliação patrimonial - controladas	—	4	—	—	—	4
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	134.059	134.059
Destinação do lucro líquido:						
Constituição de reservas	—	—	—	6.703	82.285	(88.988)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 13,67 por ação)	—	—	—	—	—	(45.071)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	606.256	9	(88)	75.732	397.000	1.078.909
Distribuição de dividendos - AGO/E de 24/05/2022	—	—	—	—	(32.372)	(32.372)
Aumento de capital - AGO/E de 24/05/2022	10.356	—	—	—	—	10.356
Transferência para Reservas - AGO/E de 24/05/2022	—	—	—	—	395	395
Ajuste de títulos e valores mobiliários - controladas	—	—	(12)	—	—	(12)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	115.936	115.936
Destinação do lucro líquido:						
Constituição de reservas	—	—	—	5.797	58.701	(64.498)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 15,42 por ação)	—	—	—	—	—	(51.438)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	616.612	9	(100)	81.529	423.724	1.121.774

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Rosag Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") tem por objeto: (i) a participação, como acionista ou quotista, no capital social de outras empresas em geral, respeitadas as restrições legais; e (ii) a promoção ou participação em empreendimentos e operações industriais, comerciais, mercantis e imobiliárias. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis:** **2.1 Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Os resultados reais das transações assim registradas podem ser diferentes dos estimados. A moeda funcional adotada pela Companhia é o real. As demonstrações financeiras da Companhia são de responsabilidade da administração e sua autorização para a conclusão e divulgação ocorreu em 05 de abril de 2023. **2.2 Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **2.3 Descrição das principais práticas contábeis adotadas:** (a) Reconhecimento de ativos e passivos: um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a entidade tem a obrigação de agir ou se desobrigar de certa maneira. (b) Classificação em Circulante e Não Circulante: os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. (c) Instrumentos financeiros: os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a entidade se torna parte das disposições contratuais dos mesmos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transações que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria "ao valor justo por meio do resultado", onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. (d) Caixa e equivalentes de caixa: inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício social, equivalentes ao seu valor de recuperabilidade. (e) Juros sobre o capital próprio a receber/a pagar: estão registrados pelo custo original e o giro é de curto prazo. (f) Investimentos em controladas: Os investimentos em sociedades investidas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. São constituídos ajustes nos investimentos decorrentes do usufruto financeiro sobre as ações que pertencem à sociedade. No caso de variação cambial de investimentos no exterior, que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas no resultado do exercício quando o investimento for alienado ou baixado para perda. (g) Redução ao valor recuperável ("impairment"): O CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece a necessidade de as entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável das despesas antecipadas e dos ativos imobilizados e intangíveis. A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment") é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos. Dessa forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Administração não tem conhecimento de nenhum ajuste relevante que possa afetar a capacidade de recuperação dos valores registrados como ativo por rentabilidade futura, exceção feita as provisões já constituídas. (h) Imobilizado: Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição deduzido do valor da depreciação calculada pelo método linear durante a vida útil, que é estimada como segue: • Edificações - 25 anos; • Veículos - 5 anos; • Máquinas e equipamentos - 10 anos; • Móveis e utensílios - 10 anos; • Instalações - 10 anos; • Computadores e periféricos - 5 anos; • Equipamentos de comunicação - 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. (i) Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e de exigibilidade, respectivamente. (j) Compensação (apresentação líquida) de ativos e passivos: Ativos e passivos somente são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando há um direito legal irrevogável de compensar ativos e passivos com a contraparte e quando a Companhia apresenta a intenção de liquidar os instrumentos em uma forma líquida ou realizar o ativo e liquidar um determinado passivo financeiro simultaneamente. (k) As despesas e receitas são registradas pelo regime de competência. (l) O imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acumulado de R\$ 240 anuais. A contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 9%.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

	2022	2021
Banco conta movimento	—	3
Aplicações financeiras (1)	7.408	3.191
Total	7.408	3.194

(1) Em 2022 e 2021, as aplicações financeiras referem-se a fundo de investimento e Certificados de Depósitos Bancários - CDB remunerados pela variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, de liquidez imediata. **4. Juros sobre o capital próprio e dividendos a receber:** Refere-se ao montante líquido de juros sobre o capital próprio a receber de companhia investida. **5. Impostos a compensar:** Refere-se à retenção na fonte sobre os rendimentos de juros sobre o capital próprio creditados à Companhia, aplicação financeira, antecipação de imposto de renda e contribuição social. **6. Depósitos judiciais:** Refere-se basicamente a processo onde se discute a dedutibilidade da TJLP no cálculo da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ). A Companhia não efetuou o provisionamento do passivo contingente por entender que o desfecho da ação será favorável à Companhia. **7. Investimentos - Participações Societárias:** As participações societárias estão assim representadas:

	Porto Seguro Itaú		Pétalas Empreendimentos e Participações S.A.		Total
	2022	2021	2022	2021	
Capital social	2.772.233	2.772.233	29.883	29.883	—
Número de ações (mil)	228.942	228.942	97.997	97.997	—
Participação (%)	15,79	15,79	19,05	19,05	—
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	2.391	3.390	(7.733)	3.022	—
Patrimônio líquido	2.802.252	2.800.059	48.000	55.733	—
Resultado da equivalência patrimonial	123.375	140.710	(1.473)	575	121.902
Saldos de investimentos	1.111.424	1.071.889	9.143	10.616	1.120.567

a) Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ("PSIUPAR"): Gravame de usufruto financeiro sobre as ações da Porto Seguro S.A. ("PSSA"): A integralização do capital inicial da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ("PSIUPAR"), bem como o aumento de capital, foram realizados por meio de conferência da nua-propriedade de ações da Porto Seguro S.A. ("PSSA") avaliadas ao valor contábil, conforme laudo de peritos avaliadores aprovados por ocasião das Assembleias de Constituição e de Aumento de Capital. Estes atos societários estabelecem que as ações da PSSA, objeto destas integralizações encontram-se gravadas com reserva do direito sobre dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outras distribuições de lucros em dinheiro, estendendo-se essa reserva ao direito a dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outras distribuições atribuídas às ações resultantes de futuras bonificações ou desdobramentos das ações originalmente gravadas ("Usufruto"), enquanto que o direito a voto de cada ação será exercido pela PSIUPAR. Em Assembleia Geral Extraordinária, (AGE) realizada no dia 20 de outubro de 2021, a PSSA deliberou aumento de capital da daquela Companhia, no valor de R\$4.000.000, mediante a capitalização de reservas de lucros, com a bonificação de 323.293.030 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal aos acionistas, na proporção de 1 (uma) nova ação para cada 1 (uma) já existente, nos termos do artigo nº 169, da Lei das Sociedades por Ações. Dessa forma, do total das 457.883.778 (228.941.889 à época da integralização) ações de emissão da PSSA integralizadas na constituição da PSIUPAR, os direitos financeiros sobre parte (456.275.826 ações) não pertencem à PSIUPAR, mas aos usufrutuários. Especificamente no caso desta Companhia, a mesma possui direitos financeiros sobre 72.339.066 ações de emissão da PSSA enquanto que os direitos políticos sobre estas ações são detidos pela PSIUPAR. **Reserva para manutenção de participação societária constituída pela PSSA:** A controlada indireta PSSA constitui reserva estatutária de lucros na qual são registradas as parcelas não realizadas de lucros de cada exercício decorrentes do ajuste de equivalência patrimonial do valor do investimento em controladas, as quais são contabilizadas nas controladas na conta de "Reserva estatutária", destinada à manutenção do patrimônio líquido em montante adequado ao atendimento das exigências legais de margem de solvência e de cobertura dos passivos não operacionais das controladas. Na medida em que os lucros destinados à reserva para manutenção de participação societária forem realizados, os valores correspondentes à realização serão revertidos e colocados à disposição da Assembleia Geral que, por proposta da Administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação, que inclui a distribuição de dividendos.

Movimentações dos investimentos:

	Porto Seguro Itaú Unibanco		Pétalas Empreendimentos e Participações S.A.		Total
	2022	2021	2022	2021	
Saldos no início do exercício	1.071.889	1.037.406	10.616	9.585	9.585
Aumento de capital em investida	—	—	—	593	593
Ajuste reflexo de variação cambial de controlada	—	—	4	—	—
Ajuste reflexo de valor a mercado de TVM de controlada	(12)	(117)	—	—	—
Dividendos destacados pela controlada	(32.390)	(61.042)	—	—	(137)
Equivalência patrimonial (a)	123.375	140.710	(1.473)	575	575
Direitos de usufruto sobre JCP/Dividendos creditado pela PSSA	(51.438)	(45.072)	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro	1.111.424	1.071.889	9.143	10.616	

Composição do saldo:

	2022	2021	2022	2021
Valor do investimento	442.716	442.369	9.143	10.616
Valor do direito financeiro	668.708	629.520	—	—
Total	1.111.424	1.071.889	9.143	10.616

(1) Refere-se ao resultado de equivalência patrimonial correspondente ao lucro líquido gerado pela controlada indireta PSSA no período posterior à constituição da PSIUPAR. A apuração da equivalência patrimonial considera os efeitos resultantes dos direitos dos usufrutuários sobre as ações de emissão da PSSA e está demonstrada conforme a seguir:

	Porto Seguro Itaú Unibanco		Pétalas Empreendimentos e Participações S.A.		Total
	2022	2021	2022	2021	
Lucro líquido do exercício	2.391	3.390	—	—	—
Participação (%)	15,79	15,79	—	—	—
Resultado da equivalência patrimonial	378	535	—	—	—
Efeito do usufruto financeiro sobre as ações (1)	122.997	140.175	—	—	—
Resultado da equivalência patrimonial registrado	123.375	140.710	—	—	—

(1) O efeito do usufruto financeiro sobre as ações de emissão da PSSA foi apurado tendo por base a parcela do lucro gerado pela PSSA não reconhecida pela PSIUPAR conforme condições estabelecidas nos seus atos constitutivos.

8. Imobilizado:

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Terrenos	3.400	—	—	3.400
Edificações	7.591	—	—	7.591
Veículos	1.561	316	—	1.877
Máquinas e equipamentos	68	12	—	80
Móveis e utensílios	628	14	—	642
Instalações	63	—	—	63
Computadores e periféricos	156	9	—	165
Equipamento de comunicação	73	—	—	73
(-) Depreciações acumuladas	(3.539)	(715)	—	(4.254)
Total	10.001	(364)	—	9.637

Taxas anuais de depreciação (%)

	Custo	Depreciações acumuladas em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2022
Terrenos	3.400	—	3.400
Edificações	4 7.591	(2.451)	5.140
Veículos	20 1.877	(1.091)	786
Máquinas e equipamentos	10 80	(40)	40
Móveis e utensílios	10 642	(441)	201
Instalações	10 63	(47)	16
Computadores e periféricos	20 165	(130)	35
Equipamento de comunicação	10 73	(54)	19
Total	13.891	(4.254)	9.637

9. Operações continuadas

	Nota	2022	2021
Receitas operacionais		43.730	38.716
Equivalência patrimonial	7	121.902	141.285
Receita de aluguel		65	65
Despesas gerais e administrativas		(6.197)	(5.443)
Serviços de terceiros		(264)	(260)
Despesas com tributos		(4.814)	(4.219)
Despesas com localização e funcionamento		(404)	(276)
Depreciações e amortizações		(715)	(688)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		—	(2.202)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	11	—	(2.202)
Resultado financeiro líquido		166	354
Receitas financeiras		6.452	2.319
Despesas financeiras		(6.286)	(1.965)
Resultado antes dos impostos		115.936	134.059
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	—	—
Lucro líquido do exercício		115.936	134.059
Quantidade de ações (mil)		3.336	3.305
Lucro líquido por ação (em R\$ 1,00)		34,75	40,56

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	115.936	134.059
Outros resultados abrangentes	(12)	(113)
Ajuste de títulos e valores mobiliários em controladas	(12)	(117)
Realização reflexa de reserva de reavaliação	—	4
Total do resultado abrangente para o exercício	115.924	133.946

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

→★ continuação

Rosag Empreendimentos e Participações S.A.

Diretoria		Contador
Jayme Brasil Garfinkel - Diretor Presidente	Bruno Campos Garfinkel - Diretor	Ricardo Matsubara - CRC 1SP183216/O-0
Rafael Damasceno Generoso - Diretor		

Aos Acionistas e Administradores da **Rosag Empreendimentos e Participações S.A. São Paulo - SP**. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Rosag Empreendimentos e Participações S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Rosag Empreendimentos e Participações S.A.**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Administração somos requeridos a comunicar esse

fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de abril de 2023

Fabbri & Cia S/S Auditores Independentes Marco Antonio de Carvalho Fabbri
CRC 2 SP 17245/O-0 Contador - CRC 1 SP 148961/O-2



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>